



CLIMA NA PRÁTICA

**Cobertura  
Vegetal**

## Sumário

|  |    |
|--|----|
| Contextualização .....   | 2  |
| <b>Ação 1 Estimular a restauração de vegetação nativa</b> .....  | 2  |
| Sensibilize proprietários quanto a importância de se preservar a vegetação nativa .....  | 3  |
| Busque apoio técnico e financeiro junto a outras instituições .....  | 3  |
| Elabore e execute o projeto técnico .....  | 4  |
| Monitore o avanço das ações e compartilhe sua experiência em associações agrícolas .....                                       | 5  |
| <b>Ação 2 Estimular o uso econômico de recursos florestais não madeireiros</b> .....   | 5  |
| Levante potencial local para aproveitamento não madeireiro.....  | 5  |
| Realize cursos de capacitação para utilização dos recursos de matéria prima florestal com proprietários rurais .....           | 6  |
| Realize parcerias com órgãos técnicos competentes e ONG's para comercialização dos produtos e incentive o associativismo ..... | 7  |
| Apresente os resultados aos municípios vizinhos e angarie novos parceiros .....  | 7  |
| <b>Ação 3 Fomentar esquemas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)</b> .....   | 8  |
| Crie projeto de lei municipal para PSA e identifique atores que possam integrar um esquema de PSA independente .....           | 8  |
| Realize parcerias para realização de projetos de PSA em parceria com o IEF regional.....                                       | 9  |
| Implemente seus projetos de PSA .....  | 10 |
| Acompanhe a efetividade dos projetos e apresente os resultados aos municípios vizinhos para angariar parceiros .....           | 10 |
| <b>Ação 4 Criação de Unidades de Conservação (UC) como ferramenta para adaptação do município às mudanças climáticas</b> ..... | 11 |
| Levante potenciais áreas em seu município para criação de Unidades de Conservação .....  | 11 |
| Elabore os estudos técnicos e de consulta pública necessários para criação de Unidades de Conservação .....                    | 12 |
| Implemente Unidades de Conservação em seu território .....   | 13 |
| Monitore as unidades de conservação de seu município .....   | 13 |

## Contextualização

Na ferramenta “Clima na Prática”, a temática “Cobertura Vegetal” corresponde diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS)<sup>1</sup>:



De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), o desmatamento é a segunda maior causa das alterações climáticas e processos de aquecimento global, sendo responsável por 20% do total de emissões do planeta. Dessa maneira, perde apenas para a queima de combustíveis fósseis.

Assim, considerando o cenário descrito acima e os objetivos da ferramenta *Clima na Prática* de contribuir para a adaptação dos municípios mineiros às mudanças no clima e a redução das emissões de GEE pelos mesmos, a temática *Cobertura Vegetal* traz ações que buscam promover a redução das taxas de desflorestamento dos biomas mineiros e o reflorestamento de locais degradados. Além desses benefícios, as quatro ações apresentadas pela temática oferecem ainda a oportunidade de se criar micro corredores biológicos, explorar materiais disponíveis na região e desenvolver ecoturismo em seu município. Essas preveem ainda a participação de instituições públicas e privadas para pleno desenvolvimento das medidas propostas pela prefeitura.

### Ação 1

### Estimular a restauração de vegetação nativa

A preservação e restauração da cobertura vegetal originária de uma região oferecem benefícios econômicos, sociais e ambientais e são incentivadas por órgãos do setor e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

O Brasil possui seis biomas principais e todos eles são alvo da *Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg)*, estabelecida pelo [Decreto nº 8.972/2017](#). Em Minas Gerais são observados os biomas Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga cada um deles com características próprias e programas de preservação específicos.

<sup>1</sup> Os ODS tem como propósito cooperar na implantação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Saiba mais em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>



### Você sabia?

Em 2017, o MMA publicou o *Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg)*. O documento visa ampliar e fortalecer políticas públicas, incentivos financeiros, mercados, boas práticas agropecuárias e outras medidas necessárias para a recuperação da vegetação nativa de, pelo menos, 12 milhões de hectares até 2030, principalmente em áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL), mas também em áreas degradadas com baixa produtividade agrícola.

O Plano pode ser encontrado no link:

[https://antigo.mma.gov.br/images/arquivos/florestas/planaveg\\_plano\\_nacional\\_recuperacao\\_vegetacao\\_nativa.pdf](https://antigo.mma.gov.br/images/arquivos/florestas/planaveg_plano_nacional_recuperacao_vegetacao_nativa.pdf)

## INICIAR

D

### Sensibilize proprietários quanto a importância de se preservar a vegetação nativa

Comece mapeando as propriedades presentes em seu município, o tipo de vegetação observada em cada uma delas e o nível de degradação em que se encontra. Entre em contato com os proprietários e discuta com eles a importância de se conservar a cobertura vegetal original do local. Procure moradores, agricultores, indústrias, etc.. Mostre que a restauração da vegetação nativa pode ser benéfica não só a comunidade local como um todo, mas também a eles.

Feito um primeiro contato com os donos de propriedades no local, será possível detectar aqueles com maior interesse e perfil mais adequado para seguir um plano

de ação. Foque seus esforços nesse grupo para obter melhores resultados a um esforço menor. Você pode promover encontros, *workshops* e palestras com especialistas fornecendo ideias, ferramentas e métodos para que eles sejam capazes de pôr em prática os conceitos apresentados. É possível desenvolver campanhas nos espaços públicos da cidade e nos canais de comunicação da prefeitura. Aproveite todas essas possibilidades para desenvolver entre eles um sentimento de unidade e participação, convencendo-os de que sua participação é imprescindível para o sucesso dos esforços para preservação do bioma dominante na região.

## CONSOLIDAR

C

### Busque apoio técnico e financeiro junto a outras instituições

Após uma fase preliminar de sensibilização da população envolvida e desenvolvimento de ações mais simples e imediatas, a prefeitura e os proprietários engajados devem buscar parceiros técnicos e financeiros para viabilizar a elaboração e o desenvolvimento de ações mais complexas e elaboradas de recuperação do bioma nativo de seu município. Nessa fase, a

administração municipal pode entrar em contato com ONGs, empresas de fomento e órgãos públicos a fim de entender quais serviços cada um deles oferece e buscar encaixar tal expertise em seu contexto. Fique atento também a oportunidades que possam surgir através de abertura de editais.



### **Você sabia?**

Através do Código Florestal Brasileiro, foram criados o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que em Minas Gerais conta com quase 900 mil imóveis rurais inscritos, e o Programa de Regularização Ambiental (PRA) que é um instrumento de regularização ambiental de imóveis rurais no Brasil. Para o auxílio do proprietário que fez a adesão ao PRA, o estado de Minas Gerais disponibiliza o Manual do PRA-MG, que tem por objetivo de trazer em detalhes as informações necessárias para a regularização ambiental de sua propriedade.

O Manual pode ser encontrado no link:

[http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2021/REGULARIZACAO\\_IMOVEIS\\_RURAIS/Manual\\_PRA.pdf](http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2021/REGULARIZACAO_IMOVEIS_RURAIS/Manual_PRA.pdf) [Interativo.pdf](#)



### **Exemplo:**

O *Projeto Verena* tem como objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da restauração e do reflorestamento com espécies nativas em larga escala, destacando os benefícios sociais e ambientais da atividade. A iniciativa do *WRI Brasil* tem uma equipe formada por engenheiros, agrônomos e economistas capazes de estudar e propor novas políticas públicas visando a remoção de barreiras e a criação de incentivos para uma nova economia florestal.

Veja mais em <https://www.wribrasil.org.br/projetos/projeto-verena>.

## **DECOLAR**

### **B**

## **Elabore e execute o projeto técnico**

Levantados os recursos técnicos e financeiros capazes de viabilizar seu programa de restauração da vegetação nativa, é chegado o momento de desenvolver um plano de ação detalhado. Em conjunto com todos os seus parceiros,

locais ou não, defina seu objetivo principal com esse projeto e a melhor abordagem do tema para o contexto de seu município. A partir disso, determine ações e metas específicas, orçamento, e prazos, indicadores de desempenho e metas.



### **Atenção!**

Ao definir seus indicadores de desempenho, KPI<sup>2</sup> da sigla em inglês, não se esqueça de escolher parâmetros mensuráveis e relevantes ao seu projeto. No mesmo sentido, as metas devem ser ambiciosas, porém tangíveis. Isso é aplicável a todos os seus projetos e a todas as ações propostas por essa ferramenta.

**EXEMPLAR****A****Monitore o avanço das ações e compartilhe sua experiência em associações agrícolas**

Após a implementação das medidas, acompanhe os resultados obtidos a partir dos indicadores de performance definidos e avalie o andamento e o retorno obtido com as ações desenvolvidas em conjunto com a comunidade local.

Mais à frente, compartilhe seus resultados com empresas do setor e outras prefeituras. Municípios vizinhos provavelmente apresentarão características de vegetação semelhantes às suas e assim representam excelente oportunidade para ampliar seus

projetos a uma escala regional. Divulgue seus resultados e conquistas em eventos pelo país mostrando o trabalho desenvolvido junto aos proprietários da região. Exponha as estratégias utilizadas, os grupos envolvidos, os desafios encontrados e as lições aprendidas. Fazendo isso em associações agrícolas ou em eventos de empresas do ramo, as chances de seu projeto ser replicado aumentam. Troque informações com outros interessados veja como ampliar seus esforços a uma escala estadual.

**Ação 2****Estimular o uso econômico de recursos florestais não madeireiros**

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) define recursos não madeireiros como “produtos florestais não lenhosos de origem vegetal, tais como resina, cipó, óleo, sementes, plantas ornamentais, plantas medicinais, entre outros, bem como serviços sociais e ambientais, como reservas extrativistas, sequestro de carbono, conservação genética e outros benefícios oriundos da manutenção da floresta”.

A utilização de recursos desse tipo nas áreas de vegetação nativa dentro do estado oferece oportunidades de exploração econômica desses biomas sem que haja corte das árvores. Consequentemente, a preservação desses ambientes torna-se vantajosa para os produtores locais e assim iniciativas e projetos de conservação passam a ser mais bem recebidos. Isso significaria também diminuir as emissões de GEE associadas ao desmatamento dessas áreas.

**INICIAR****D****Levante potencial local para aproveitamento não madeireiro****Dica:**

O website *Cerratinga* fornece informações sobre produtos produzidos a partir de insumos encontrados nos ecossistemas do Cerrado e Caatinga. O site traz receitas, reportagens, lista de produtores, etc.. Saiba mais: <http://www.cerratinga.org.br/>.

Após definir quais biomas são observados em seu município, a prefeitura e sua equipe podem identificar quais espécies são mais comuns na região e como elas são utilizadas pela população local. Isso pode ser feito através de uma pesquisa bibliográfica sobre os exemplares encontrados na região. Estudos de universidades e institutos de pesquisa do governo podem fornecer uma

boa noção a respeito dos recursos a sua disposição. Outra estratégia é analisar os hábitos da população, em especial comunidades tradicionais. Observe quais produtos eles costumam desenvolver, o que usam como matéria-prima e quais processos são desenvolvidos. Procure não restringir sua análise e observe frutos, flores, ervas, palhas, cipós, sementes, etc...



**Dica:**

Existem inúmeras possibilidades para utilização dos produtos não madeireiros: artesanato, uso cosmético, uso alimentício, elaboração de medicamentos, etc.. Consulte os relatórios *Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro*<sup>3</sup> do MMA e a *Farmacopeia Popular do Cerrado* para ver alguns exemplos de insumos e suas principais aplicações. Esses documentos estão disponíveis nos links <http://surl.li/pjibz> e <http://surl.li/pjhzc> respectivamente.

**CONSOLIDAR C**

**Realize cursos de capacitação para utilização dos recursos de matéria prima florestal com proprietários rurais**

É possível que você identifique dentro da sua comunidade um desperdício de insumos ou até mesmo uma exploração ou utilização inadequada desses. Nesses casos, é possível interferir auxiliando nos processos e mostrando novos produtos que podem surgir nessa nova abordagem.

Para tal, a administração municipal pode convidar instituições que já exploram a mesma matéria-prima usada ou outra que esteja disponível sem ser utilizada em sua cidade para apresentar seu trabalho e novos métodos e opções junto a sua

comunidade. A prefeitura pode promover essa articulação entre a comunidade e essas instituições para a promoção de palestras, oficinas, feiras, entre outros, e até mesmo utilizar os prédios da prefeitura para isso.

Outra alternativa é contatar universidades e escolas que podem servir de aliados ao estudar os insumos presentes na região e desenvolver produtos utilizando princípios ativos presentes em frutas, folhas e ervas para elaboração de cosméticos e remédios fitoterápicos.

<sup>3</sup> Apesar de não haver um exemplar específico para a região Sudeste, os exemplares para regiões [Sul](#), Centro-Oeste e Nordeste apresentam exemplares de plantas presentes também no estado de Minas Gerais.



**Exemplo:**

Uma comunidade quilombola na cidade de Buritizinho no Norte de Minas coleta o buriti, o pequi e o coquinho azedo disponíveis na região e utilizam na produção de geleias, compotas e outros produtos. Como pode ser visto na reportagem disponível no link <https://glo.bo/2Uxogi7>, no passado esses frutos não eram explorados e a maioria servia apenas para alimentação de animais ou simplesmente se perdiam.



**Exemplo:**

Um estudo desenvolvido pela Universidade Federal de Ouro Preto constatou a eficácia do óleo do ipê-branco no tratamento de gota. Saiba mais em: <https://bit.ly/2GldgmR>.

**DECOLAR**

**B**

**Realize parcerias com órgãos técnicos competentes e ONG's para comercialização dos produtos e incentive o associativismo**

Pequenos produtores e artesãos podem ter dificuldade de produzir em escala comercial. Dessa forma, cooperativas e associações podem auxiliá-los a impulsionar suas vendas a mercados maiores. Procure

servir como ponte entre a população local e essas instituições ao organizar, tal como na etapa anterior, encontros e eventos utilizando a estrutura disponível na cidade.



**Exemplo:**

A *Cooperativa Grande Sertão* em Montes Claros tem como objetivo valorizar as culturas tradicionais e os ecossistemas naturais por meio do beneficiamento e comercialização de frutos do Cerrado e produtos da agricultura familiar. Os principais produtos da cooperativa são as polpas congeladas de frutas oriundas dos quintais e também das áreas de Cerrado e Caatinga da região. Atualmente, a Grande Sertão possui 53 cooperados e envolve indiretamente cerca de duas mil famílias de 350 comunidades rurais do norte de Minas.

Saiba mais em: <https://cooperativagrandesertao.com.br/sobre/>.

**EXEMPLAR**

**A**

**Apresente os resultados aos municípios vizinhos e angarie novos parceiros**

Com o projeto bem desenvolvido, a prefeitura pode atuar principalmente entre os municípios vizinhos com grande potencial para desenvolvimento dos mesmos produtos. Isso permitirá que a capacidade de produção de seu programa aumente e estabelecerá um contato que

pode ser utilizado em outras situações. Os novos municípios podem também oferecer novas oportunidades de atuação e conhecimentos diferentes daqueles já desenvolvidos em seu território. Para tal, aproveite encontros e exposições para divulgar seu trabalho e os efeitos obtidos entre as comunidades envolvidas.

## Ação 3

# Fomentar esquemas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

Em 2021, a Lei nº 14.119/2021, instituiu a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e criou o Cadastro Nacional de PSA. O PSA é um instrumento de remuneração oferecido a proprietários rurais por manejarem o ecossistema em que atuam de maneira tal a permitir o fornecimento de serviços ecossistêmicos<sup>4</sup>. O principal propósito de projetos desse tipo é tornar a adoção de práticas de manejo sustentáveis vantajosa para os proprietários rurais e assim favorecer a manutenção do ecossistema presente em sua propriedade bem como garantir a disponibilidade de recursos tais como água à população local.

### INICIAR

#### D

**Crie projeto de lei municipal para PSA e identifique atores que possam integrar um esquema de PSA independente**



#### **Dica:**

O Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) lançou em 2017 o *Guia para a Formulação de Políticas Públicas Estaduais e Municipais de Pagamento por Serviços Ambientais* para auxiliar prefeitos e governadores em suas políticas de preservação ambiental. Saiba mais em <http://surl.li/pjkbu>.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais organizou em 2023 uma capacitação com o objetivo de abordar o conceito e as modalidades de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) implementadas no Estado.

Acesse o link: <https://www.youtube.com/watch?v=TBjOSRSwKgs>

Identifique em seu município regiões que sofreram ou ainda sofrem processos de degradação descontrolados bem como as propriedades presentes nessas áreas (essa tarefa pode ser feita em conjunto com outras atividades de mapeamento desenvolvidas pelas demais ações de *Cobertura Vegetal*). Verificado que projetos de PSA contribuiriam para frear ou até mesmo reverter a deterioração desses lugares, a prefeitura pode propor junto à

Câmara dos Vereadores a elaboração de lei que estabeleça projetos de PSA municipais.

É importante que seu projeto de lei tenha objetivos bem definidos e descreva em detalhes quais aspectos do ecossistema visa proteger e quais estratégias devem ser utilizadas para tal. Aproveite para definir metas bem estabelecidas, indicadores de performance e prazos para implementação do projeto e seu posterior acompanhamento.

---

<sup>4</sup> De acordo com o Instituto Estadual de Florestas, “serviços ecossistêmicos ou serviços ambientais são as condições e processos gerados pelos ecossistemas naturais, incluindo aqueles gerados pelos seus genes, que resultam em benefícios tangíveis e intangíveis necessários para a sobrevivência dos sistemas naturais, seu equilíbrio ecológico e para o bem-estar humano”.

**Exemplo:**

O município de Extrema (Minas Gerais) criou, por lei, o projeto Conservador de Águas, que se tornou a primeira lei municipal no Brasil a regulamentar o PSA relacionado com a água. O projeto visa recuperar a qualidade dos mananciais de Extrema e promover a adequação das propriedades rurais do município por meio de incentivo financeiro aos produtores rurais da região. A iniciativa prevê também o aumento da cobertura florestal nas sub-bacias hidrográficas da região; a implantação de microcorredores ecológicos; a redução da poluição difusa rural; a divulgação do conceito de manejo integrado. Veja mais sobre o projeto em <https://www.extrema.mg.gov.br/conservadordasaguas/>.

**Dica:**

Muitas vezes o estabelecimento de uma política pública não demanda a existência de uma lei, bastando, a vontade política e a não existência de vedação ou impedimento legal. Porém as políticas públicas não instituídas por meio de lei tendem a dificultar o andamento e execução dos seus programas de PSA, uma vez que passam a depender, em grande parte, da vontade política do gestor do Poder Executivo.

Os projetos de PSA não necessariamente precisam ser de natureza pública podendo incluir a iniciativa privada ou até mesmo partir dela. No geral, a participação de entidades do setor privado pode oferecer oportunidades de financiamento ou auxílio técnico. Nesse contexto, pode ser interessante que a prefeitura contate as indústrias, universidades e demais

instituições presentes em seu território e exponha a elas os benefícios advindos de projetos de PSA. Tudo isso numa tentativa de convencê-los a contribuir com seus planos ou até mesmo desenvolver projetos de PSA independentes. Adiante, é possível também extrapolar o domínio territorial da cidade e buscar instituições, ONG e outras entidades que atuem dessa maneira.

**Exemplo:**

A Rede Oásis foi formalizada em 2018 a partir do conhecimento adquirido durante mais de 10 anos de execução do programa Oásis, focado no Pagamento por Serviços Ambientais em várias regiões do país. Saiba mais em: <http://surl.li/pjnli>.

**CONSOLIDAR C****Realize parcerias para realização de projetos de PSA em parceria com o IEF regional**

O estado de Minas possui alguns órgãos e programas que podem auxiliar seu município tanto na elaboração de seus projetos de PSA quanto na captação de recursos. Dessa forma, acesse os *websites* do Instituto Estadual de Florestas (IEF), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) para entender melhor os serviços oferecidos por cada órgão e como eles se aplicam aos seus projetos de PSA para que futuramente sejam solicitadas orientações e recursos técnico-financeiros.



### ***Você sabia?***

Uma das metas do Plano Estadual de ação climática do Estado de Minas Gerais é de realizar campanhas de divulgação de práticas de PSA, podendo para tanto firmar parcerias com municípios.

Para mais informações, acesse <http://surl.li/pjobb>.

## **DECOLAR**

**B**

### **Implemente seus projetos de PSA**

Após todo planejamento e organização, é necessário garantir a real execução de seu projeto. Seguindo o determinado em lei, a prefeitura pode definir uma equipe e demais recursos necessários para a execução das atividades previstas em seu programa de PSA. É interessante que todos os processos sejam claros e que haja um suporte adequado e simplificado ao cliente final, o produtor rural.

Nesse sentido, é recomendado que a prefeitura aloque uma equipe responsável

para atender diretamente esses produtores para retirada de dúvidas, orientação técnica e realização do pagamento do benefício. Esses atendimentos podem acontecer na própria propriedade analisada conforme disponibilidade de recursos da prefeitura.

Paralelamente, assegure-se de que as propriedades são vistoriadas para que se garanta o cumprimento adequado do acordo pelos proprietários participantes dos projetos de PSA de seu município.

## **EXEMPLAR**

**A**

### **Acompanhe a efetividade dos projetos e apresente os resultados aos municípios vizinhos para angariar parceiros**

Após a implementação de todas as ações previstas em seu projeto de PSA, é preciso determinar se os resultados almejados foram alcançados. Através dos indicadores de desempenho definidos na elaboração de seu projeto, acompanhe a evolução desse. Esteja próximo aos proprietários, entenda as dificuldades e casos de sucesso.

Por ter características físicas semelhantes, suas iniciativas têm grande potencial para serem replicadas em seus municípios vizinhos. Divulgue seus resultados em sua região metropolitana buscando inspirar outras prefeituras a se envolverem em projetos de PSA e a atrair outras empresas e instituições atuantes na região. Procure ainda criar laços de cooperação entre vocês e desenvolver ações em conjunto.

## Ação 4

### Criação de Unidades de Conservação (UC) como ferramenta para adaptação do município às mudanças climáticas

A Lei 9.985/2000 conhecida como Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) define Unidade de Conservação como o território ao qual se aplicam condições e garantias de preservação especiais. Tais locais são delimitados por órgãos municipais, estaduais ou nacionais considerando a relevância das características naturais observadas no local.

UCs têm como função principal preservar o patrimônio biológico brasileiro e assim podem servir como instrumento no combate às mudanças climáticas. Esses locais limitam o avanço da urbanização e agropecuária em áreas estratégicas e conseqüentemente freiam os efeitos nocivos que essas atividades podem trazer como compactação do solo, liberação de GEE devido ao desmatamento, desertificação, elevação da temperatura local, morte e poluição de nascentes, entre outros. Nesse contexto, a administração municipal pode explorar esse conceito dentro de seus planos e esforços para reduzir as emissões de GEE em seu território e os efeitos das mudanças climáticas sobre sua população.

#### INICIAR

#### D

### Levante potenciais áreas em seu município para criação de Unidades de Conservação

De acordo com a SNUC, as Unidades de Conservação podem ser classificadas como Unidades de Conservação de Proteção Integral (UCPI) e Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCUS). No primeiro tipo, a proteção da natureza é o principal objetivo e por isso suas regras e normas são mais restritivas. Nesses locais não é permitida nenhuma atividade que envolva consumo, coleta ou danos aos recursos naturais. Assim, essas áreas são destinadas apenas a visitação, recreação, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental. Cabem nessa classificação as estações ecológicas, as reservas biológicas, os parques nacionais,

os monumentos naturais e os refúgios de vida silvestre.

O segundo grupo, no entanto, visa conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Nessas localidades são permitidas atividades que envolvam coleta e uso dos recursos naturais desde que respeitem a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos. Nesse grupo estão presentes áreas de relevante interesse ecológico, florestas nacionais, reservas de fauna, reservas de desenvolvimento sustentável, reservas extrativistas, áreas de proteção ambiental e reservas particulares do patrimônio natural.



#### *Você sabia?*

O texto da SNUC está disponível através do link [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm). Nele você encontra detalhes de cada uma das categorias de UCs, as regras para implementação dessas e mais informações sobre esses locais.

Nesse contexto, procure entender as diferenças entre cada uma das modalidades de UCs, o que consideram e o que preveem. Paralelamente, realize um estudo preliminar do território de seu município: determine os biomas dominantes em seu município, aponte os principais elementos naturais presentes na região, avalie a

presença de espécies endêmicas<sup>5</sup> de fauna e flora no local e veja se há alguma demanda da população nesse sentido. Feito isso, cruze essas duas informações para verificar a possibilidade de se estabelecer UCs dentro do seu município. Utilize a estrutura e equipe de sua Secretaria de Meio Ambiente.



**Dica:**

Caso sejam verificadas múltiplas áreas aptas a receber o título de UC em seu território, pode ser necessário priorizar ações naquelas regiões de maior relevância de acordo com o compromisso do município no que se refere a alterações climáticas: locais mais susceptíveis ao desmatamento, regiões próximas a ambientes muito urbanizados sujeitos ao fenômeno de ilha de calor, áreas de reservatórios hídricos e nascentes, etc..

**CONSOLIDAR C**

**Elabore os estudos técnicos e de consulta pública necessários para criação de Unidades de Conservação**

A SNUC condiciona a criação de UCs à elaboração de estudos técnicos e de consulta pública. Dessa forma, caso sejam identificadas na fase anterior, potenciais UCs em seu território, aprofunde as análises realizadas na etapa anterior. O aprofundamento desses estudos pode ser executado pela equipe de funcionários da própria prefeitura, caso sejam capacitados para tal, ou por empresas terceirizadas.

O roteiro elaborado pelo MMA prevê a elaboração dos seguintes estudos técnicos:

- Caracterização biológica, verificando se a área proposta se sobrepõe a uma área

prioritária para a biodiversidade (veja mais em: <https://encr.pw/F4l8w>)

- Caracterização do meio físico
- Caracterização socioeconômica, incluindo a existência de populações tradicionais residentes ou que fazem uso da área, os possíveis impactos sobre as atividades produtivas, o potencial para visitação pública e o levantamento fundiário da área

O desenvolvimento desses documentos auxiliará também na delimitação da área da UC.



**Dica:**

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) disponibilizou a segunda edição do *Roteiro para Criação de Unidades de*

<sup>5</sup> Uma espécie animal ou vegetal é dita endêmica quando sua presença é observada em apenas uma região geográfica.

*Conservação Municipais* buscando auxiliar os gestores municipais e seus secretários de meio ambiente na implantação de UCs. Ele traz informações sobre os procedimentos a serem seguidos e aos estudos requeridos. Acesse o documento em <http://surl.li/pjqrw>.



**Dica:**

Para evitar duplicidade de estudos, antes de desenvolvê-los busque por materiais elaborados por outros órgãos na região. Você pode utilizar dissertações, estudos técnicos, Estudos de Impacto Ambiental (EIA), mapas e informações cartográficas disponibilizados pelas seguintes instituições:

- Ministério do Meio Ambiente: <http://surl.li/pkjhi>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <http://surl.li/pkjil>

**DECOLAR**

**B**

### Implemente Unidades de Conservação em seu território

Após os estudos, a Secretaria do Meio Ambiente deve definir a qual classificação a região melhor se enquadra e a prefeitura deve apresentar a proposta de criação da UC em questão à população e demais interessados. É importante expor com clareza os impactos que a criação da UC terá nas comunidades dentro e nos entornos da área limitada.

Feita a consulta pública, os técnicos responsáveis pela proposta devem

responder a população e então apresentar documentos expondo os resultados dos estudos, as justificativas para delimitação da área e memorial descritivo (todos os documentos possuem modelos disponíveis no roteiro do MMA).

Após todos esses passos, a UC é implementada através da assinatura de decreto de Criação pela prefeitura e deve ser incluída no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC).



**Exemplo:**

Em 2023, o [Instituto Estadual de Florestas \(IEF\)](#) realizou estudo de criação de uma nova unidade de conservação localizada na região conhecida como Lagoa Dourada, na Serra do Cipó, e abrange os municípios de Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas e Nova União.

Saiba mais em: <http://surl.li/pklxp>

**EXEMPLAR**

**A**

### Monitore as unidades de conservação de seu município

Após a implantação é importante continuar acompanhando sua UC e não deixá-la negligenciada. Utilize a estrutura de sua Secretaria do Meio Ambiente e fiscalize a região certificando-se que as normas de proteção e desenvolvimento de atividades na região estão sendo seguidas. Procure ainda convidar a população a frequentar o local e a participar ativamente de sua manutenção e preservação. Para isso, a prefeitura pode agendar encontros e

propor atividades como palestras, pequenos cursos, competições dentro de sua UC. Aproveite esse momento para falar das características físicas observadas na região, da importância de se ter aquele espaço para a preservação da biodiversidade e os impactos da UC sobre o clima local. No mesmo sentido, pode-se criar uma campanha de conscientização para debater os mesmos pontos.



**Dica:**

Para saber mais sobre a administração de UC acesse o documento *Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação* através do link <http://surl.li/pklzy>. No documento você terá acesso a iniciativas de sucesso e que podem servir como inspiração para seus próprios projetos.

MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL



**MINAS  
GERAIS**

GOVERNO  
DIFERENTE.  
ESTADO  
EFICIENTE.

 **EXPERTISE  
FRANCE**  
GROUPE AFD

 **AFD**  
AGENCE FRANÇAISE  
DE DÉVELOPPEMENT